

**ASSESSORIA JURÍDICA
PARECER N.º 157/2023**

PROCESSO N.º 116-2023

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FINS À
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE
PREPARATÓRIO, ELABORAÇÃO E
APLICAÇÃO DE PROVA OBJETIVA E
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS
CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO
TUTELAR, ATENDENDO À DEMANDA DA
SECRETARIA DO TRABALHO, ASSISTÊNCIA
SOCIAL E HABITAÇÃO - STASH. DISPENSA DE
LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE.**

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, na data de 13 de junho de 2023, o Processo n.º 116-2023, solicitando PARECER referente à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FINS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CURSO DE PREPARATÓRIO, ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE PROVA OBJETIVA E AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DOS CANDIDATOS AO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR**, atendendo à demanda da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Habitação - STASH.

A solicitação decorre do Memorando Interno da Secretaria do Trabalho, Assistência Social e da Habitação – STASH n.º 0353/2023, em que é apresentada a justificativa para a contratação, juntamente com os orçamentos pertinentes.

Foram apresentadas nos Autos que chegam a esta Assessoria, anexadas ao Memorando Interno da STASH, propostas de quatro empresas, quais sejam CONEXÕES ASSESSORIA E CONSULTORIA (Márcia Liliâne Barboza Kurz), inscrita no CNPJ n.º 43.503.599/0001-99; MARISA IGNEZ ORSLIN MORGAN LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 01.356.379/0001-30; LMC SILVEIRA SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, inscrita no CNPJ sob o n.º 49.147.307/0001-09; e, MADUCA LOPES (Caio Moreno Lopes de Souza), inscrita no CPNJ n.º 23.370.657/0001-46.

O menor orçamento apresentado foi o da empresa CONEXÕES ASSESSORIA E CONSULTORIA (Márcia Liliane Barboza Kurz), inscrita no CNPJ nº 43.503.599/0001-99, da cidade de Tapera-RS, no valor de R\$ 5.980,00 (cinco mil novecentos e oitenta reais).

Analizando as informações contidas nos Autos, entendemos se tratar da hipótese de dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que o valor da contratação está dentro do limite previsto na legislação.

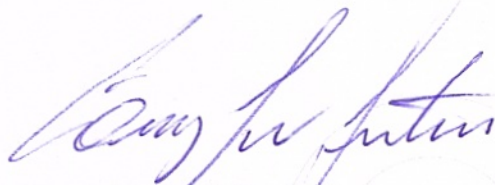
Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis para a contratação, Ação 2115 (Conselho Tutelar), Despesa 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica), Recurso 1 (Recurso Livre), FR 500 (Recursos não vinculados de impostos).

A documentação da empresa acompanha os presentes Autos, estando conforme determina a Lei 8.666/93.

Pelo exposto, no entender desta Assessoria, pela análise dos documentos que acompanham os Autos, é possível a dispensa de licitação para a contratação da empresa que apresentou o melhor orçamento.

Este é, salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior.

Ibirubá-RS, 13 de junho de 2023.



Luiz Felipe Waihrich Guterres
Assessor Jurídico
OAB-RS nº 86.826